

QUE EDUCAÇÃO, PARA QUE PAÍS? PERCEPÇÕES E TEMÁTICAS EMERGENTES

Denise Rangel Miranda; Joselaine Cordeiro Pereira; Elita Betânia de Andrade Martins

Prefeitura Municipal de Juiz de Fora - PJF - GESE/FACED/UFJF, denisermoliveira@yahoo.com.br ; Universidade Federal de Juiz de Fora - GESE/FACED/UFJF, joselaineep@hotmail.com ; Universidade Federal de Juiz de Fora - GESE/FACED/UFJF, elita.martins@ufjf.edu.br

Resumo: Objetivamos apresentar algumas percepções e temáticas que emergiram do levantamento inicial realizado na pesquisa intitulada “Que educação para que país: uma análise das políticas educacionais sob o olhar da escola” (2015). A referida pesquisa está em andamento e é desenvolvida pelo Grupo de Estudo Sistema de Ensino – GESE; grupo esse que integra o Núcleo de Estudos do Conhecimento e da Educação – NESCE – da Faculdade Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora e do qual somos pesquisadoras. Desenvolvendo pesquisas desde o ano de 1999, o GESE realiza estudos de temas correlatos ao Sistema de Educação, com trabalhos voltados para a autonomia municipal, a criação de sistemas municipais de ensino, além de investigações pautadas nas escolas brasileiras e sua identidade nacional. Tais investigações levaram o grupo a debater questões relativas à construção de um Sistema Nacional de Educação no Brasil, tratando das relações que se estabelecem entre os poderes central e local, o que evidencia a dificuldade de se definir um projeto nacional dadas as diferenças regionais e sociais, historicamente, construídas, além da dificuldade de constituição de uma sociedade democrática e da inserção do país num contexto de nações de um mundo globalizado. No caso da pesquisa em tela, objetivamos identificar as possíveis políticas públicas educacionais presentes nos contextos escolares, procurando compreender como influenciam as práticas docentes e gestoras dos profissionais da rede pública de Juiz de Fora, Minas Gerais. Fazemos isso, à luz dos referenciais teórico-metodológicos do ciclo de políticas públicas (BALL e BOWE, 1992). Os resultados preliminares da pesquisa, oriundos da aplicação de questionário piloto a 40 profissionais da educação pública, do município de Juiz de Fora – MG – permitiram localizar as temáticas: “avaliação externa” e “qualidade da educação” como assuntos presentes no cotidiano escolar dos sujeitos investigados. Além disso, apontou a relevância da reunião pedagógica como *locus* onde se estabelecem as principais interlocuções e circularidade dos temas.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Avaliação Externa, Qualidade da Educação, Reunião Pedagógica.

Introdução

O Grupo de Estudo em Sistemas de Ensino – GESE – integra o Núcleo de Estudos do Conhecimento e da Educação – NESCE – da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora. Desde 1999 desenvolve pesquisas e estudos sobre os Sistemas de Educação dos municípios e estado de Minas Gerais. Mais recentemente aprofundou estudos sobre as influências das avaliações em larga escala nestes sistemas; as relações entre os entes federativos na condução da política educacional após o Decreto n.º. 6 094 /07 do governo federal, que criou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e a autonomia dos sistemas municipais frente a esta política; as relações construídas em torno do Plano de Ações Articuladas (PAR) exigido aos municípios que aderiram ao PDE (SARMENTO, 2015).

Estes estudos têm demonstrado que o percurso de construção de uma proposta de educação para o país tem se desenvolvido em meio a debates e conflitos, corroborando com a constituição da sociedade a partir de uma “nova” perspectiva de educação que a sustente. O grupo tem se motivado, então, a identificar que educação está se configurando a partir de planos, programas, currículos e metas definidas no âmbito nacional e sua incorporação nos sistemas de educação e nas escolas. Partimos do pressuposto de que está se desenvolvendo a construção de uma proposta de educação para o país, resultado de confrontos, coalisões e negociações, entre diferentes forças políticas.

A fim de estudar e compreender que efeito essas ações estão provocando nas escolas, a pesquisa *Que educação para que país: Uma análise das políticas educacionais sob o olhar da escola* busca identificar possíveis transformações nas práticas docentes e gestoras, reconhecidas pelos professores e gestores da rede pública de Minas Gerais, especificamente do município de Juiz de Fora, como decorrentes das atuais políticas educacionais.

Após a aplicação de um questionário piloto, algumas considerações preliminares foram tecidas e organizadas em três temas: avaliações externas, qualidade da educação e reunião pedagógica. Os dois primeiros são temas recorrentes que perpassam discursos e práticas cotidianas das escolas; já o segundo – reunião pedagógica – apresenta-se como espaço privilegiado para a circularidade das informações educacionais.

Metodologia

Para efeito de análise dos dados, a pesquisa foi inspirada nos estudos de Ball (apud SARMENTO, 2015) que destaca a importância da análise do nível macro do sistema educacional, aos atores. O autor considera que políticas são tanto processos, quanto resultados; e distingue o que chamou política como texto, da política como discurso. Os textos são, portanto, o produto de compromissos que vão se constituindo desde a influência inicial, passando pela formulação legislativa, pelos processos parlamentares e influência de grupos políticos nos vários estágios em suas articulações.

As políticas, enquanto intervenções textuais, na prática, admitem que os professores, diretores e demais profissionais da educação constroem suas leituras dos textos e suas reações a eles, em função das circunstâncias que os cercam e dos problemas a resolver. Nesse processo, dão significado ao que é proposto, contestam, influenciam, constroem resposta, lidam com contradições, tentando configurar representações das políticas. Por isso, a importância de analisar a política, também, como discurso.

As análises preliminares se baseiam no questionário piloto, desenvolvido a partir de uma amostra com 40 colaboradores, professores da rede pública municipal e estadual que atuam no município de Juiz de Fora. Buscamos contemplar os seguintes aspectos: a) perfil profissional; b) formação e atuação; c) significações sobre qualidade da educação; d) principais políticas educacionais em debate na escola; e, e) influência das políticas educacionais no cotidiano escolar. Para fins deste artigo, detemo-nos em apresentar uma análise preliminar dos temas emergentes nesta fase inicial.

Temáticas emergentes: avaliação externa, qualidade da educação e reunião pedagógica

Considerando as análises preliminares dos resultados que emergiram do instrumento utilizado na pesquisa, em sua primeira fase, localizamos a recorrência de três temáticas que chamaram especial atenção: avaliações externas, qualidade da educação e reunião pedagógica.

Acerca das avaliações externas, notamos predominância das respostas, quando inquerimos “*Quais das atuais políticas educacionais tem sido alvo das discussões nas escolas?*”. Das alternativas disponibilizadas, a avaliação externa apareceu em 72,5% dos respondentes.

Numa outra questão do instrumento, questionamos se “*as avaliações externas influenciam no planejamento pedagógico?*”. Dentre as respostas, 37,5% afirmaram que ocorre influencia no planejamento pedagógico, sendo que 35% apontaram que essa influência se dá apenas em parte.

Nesse sentido, as respostas obtidas ganham mais sentido se comparadas ao estudo de Martins (2014), que trata da autonomia docente. Tal estudo concluiu que a avaliação externa tem se tornado uma forma de controlar o trabalho docente, constituindo-se numa “figura” para que o professor se reporte nos momentos de dúvidas, em relação a direções a serem seguidas. Esse novo entendimento pode substituir configurações anteriores de controle, como, por exemplo, por meio do supervisor pedagógico. Há o entendimento de uma subordinação relacionada à produção de resultados em avaliações. Essa subordinação advém de reformas educacionais, trazendo implicações para as formas de atuação docente, cujo trabalho passa a ser visto a partir da lógica do “desempenho”.

Coelho (2009) também se refere a importância que é reportada a avaliação quando do processo de destaque para os padrões relativos à produtividade nas relações sociais

(...) os procedimentos de avaliação constituem hoje um dos mais importantes meios de controle da educação. Para Afonso (2001), há um aumento da interferência e controle pelo Estado por meio da avaliação sistêmica que caracteriza a ‘radicalização’ da figura do Estado intervencionista’ (...) forma de regulação

híbrida que conjuga o controle estatal com estratégias de autonomia e auto-regulação das instituições educativas. (COELHO, 2009, p.68)

Sob essa perspectiva, pensamos que pautar o trabalho docente aos padrões de produtividade, intervém, ou pode intervir, na forma de compreender a qualidade educacional, o que influenciaria a prática pedagógica no cotidiano escolar. Nesse sentido, outro achado inicial enceta a *qualidade da educação* como tema que permeia o cotidiano dos respondentes.

A discussão sobre qualidade da educação nos remete à compreensão dos elementos objetivos e subjetivos que se colocam no interior da vida escolar e na percepção dos diferentes sujeitos sobre a organização da educação. Num sentido mais amplo, são múltiplos aspectos envolvidos na compreensão e construção de uma escola de qualidade ou escola eficaz (DOURADO e OLIVEIRA, 2009).

Ao perguntarmos sobre o que é qualidade da educação, os respondentes apontam um conjunto de respostas ligadas à *legitimação e inserção social* dos sujeitos, ante aos aspectos ligados às condições de reafirmação de direito e cidadania; emancipação social; acesso à informação; transformação da sociedade; dentre outros. Outro significado relevante concatena qualidade à *assunção do currículo escolar*, vinculando ensino e aprendizagem às necessidades individuais e sociais, assim como instrução para emancipação e transformação social. Qualidade da educação também se apresenta como *vetor de valorização do magistério*, sobretudo quando considerada a remuneração do profissional da educação, as condições estruturais e pedagógicas de trabalho e de formação. Pode ser atrelada à *equalização das desigualdades sociais*, quando propicia relações equitativas, ensino não excludente, equidade de possibilidades educativas, inclusão social, dentre outros. A qualidade como *princípio da gestão democrática* vinculada à participação e parceria dos sujeitos na garantia dos processos educacionais. Por fim, a qualidade como *elementos de responsabilização* coligando todos na garantia da ação formação para autonomia e para o mundo em sociedade.

Quando questionados sobre as contribuições das políticas educacionais para a qualidade da educação, o conjunto de respostas aponta para um devir de sua função social; consideram-nas necessárias, porém distante das práticas escolares. Nessa via, indicam também certa perversão do sentido atribuído às políticas, fundamentadas na quantificação (ampliação do acesso, promoção automática, controle por meio do IDEB), e, conseqüente retirada de direitos e da autonomia do professor. Nesse sentido, endossam o axioma sociológico e político próprio à qualidade da educação, vinculado ao combate às desigualdades e à dominação (MACEDO, 2014).

No que tange à qualidade da educação, depreendemos que a mesma possui múltiplos significados, construídos a partir da assunção de narrativas hegemônicas (MACEDO, 2014) referenciada, socialmente, nos debates e documentos oficiais. Narrativas estas que circulam o clamor necessário ao novo contexto educacional, primando pela qualidade como significação compartilhada por todos. Mas, também, demarcam narrativas políticas, as quais estão sobrepujadas.

A circularidade das informações e debates acerca de temas referentes à educação foi outro elemento que nos chamou atenção, numa primeira análise. Espaço privilegiado, a Reunião Pedagógica ou Módulo de Ensino – tempo, presencial, da carga horária remunerada do professor, destinada à formação e planejamento coletivo – apareceu, quase que na totalidade das respostas (35), quando inquerimos sobre os momentos destinados, na escola, para tratar de questões relacionadas às políticas educacionais. Logo, depreendemos que tais reuniões se constituem como espaços de circularidade de informações, potenciais espaço de formação e de ressignificação dos textos legais que impregnam o cotidiano das escolas públicas.

Considerações finais

A despeito do caráter elementar das análises aqui presentes, depreendemos que os temas emergentes são variáveis das narrativas discursivas, em construção, inerente ao cotidiano das escolas públicas e de seus atores. Parte de do processo atual de constituição e implementação das políticas públicas educacionais, são frutos dos discursos pertencentes a agrupamentos distintos de atores sociais, num tenso jogo de forças do campo educacional. Uma tensão que gira em torno da própria construção política do sentido de qualidade da educação, de avaliação externa, bem como dos espaços de circularidade e de ressignificação que passam a ter dentro das escolas públicas.

Em nosso entendimento, aprofundar a interpretação destes sentidos, tenderá a apontar os grupos e os discursos predominantes sobre o projeto de educação em curso no país. Sobretudo, permitirá, a partir da apropriação e reconstrução das políticas no interior das escolas públicas, compreender como operam mudanças que podem ou não corroborar para qualidade da educação nacional.

Referências Bibliográficas

BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the “implementation” of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

COELHO, Maria Inês de Matos. Estado-avaliador, regulação e administração gerencial: implicações para o que é ser professor (a) na educação básica no Brasil. In: BRITO, Vera Lucia Ferreira Alves. (Org.) Professores: identidade, profissionalização e formação. Belo Horizonte, MG: Editora Argvmentvm, 2009, p.79-100.

DOURADO, Luiz Fernandes e OLIVEIRA, João Ferreira de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. *Cad. Cedes*, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora da UNB, 2001

MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez.2014 <<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>> acessado em nov. 2016.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas e suas contribuições para a análise da trajetória de políticas educacionais. *Revista Atos de Pesquisa em Educação*, v. 1, n. 2, p. 94-105, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/34/10>

MARTINS, Elita Betania de Andrade. Abelhas ou arquitetos?: A compreensão dos professores sobre autonomia e as implicações no seu processo de formação e trabalho. Tese de Doutorado em Educação. UFJF: Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2014.

SARMENTO, D. C. Que educação, para que país? Uma análise das políticas educacionais sob o olhar da escola. (*Projeto de Pesquisa*). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.